

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.100 - MS (2019/0022091-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : MARIA EUNICE DE SOUZA PUCCINI
ADVOGADOS : BARBARA ANDRADE DE ALMEIDA PRADO - MS015805
RICARDO DE SOUZA VARONI E OUTRO(S) - MS016683
THIAGO NOVAES SAHIB - MS016795
RECORRIDO : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DECORRENTE DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONDENAÇÃO ILÍQUIDA. FATO GERADOR ANTERIOR AO DEFERIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO CONCURSAL. INCLUSÃO. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA EUNICE DE SOUZA PUCCINI, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 710):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – ALEGAÇÃO DE PERDA DE OBJETO – REJEITADA – AÇÃO COLETIVA – PLANO DE EXPANSÃO TELEFÔNICA – CRÉDITO CONCURSAL – OBRIGAÇÃO CONSTITUÍDA ANTES DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O juiz não procedeu à retificação da decisão agravada. Considerou o crédito concursal, enquanto a parte agravante defende se tratar de crédito extraconcursal. Daí que, ao contrário do que alega a agravada em contrarrazões, não há se falar em perda do objeto, o que fica afastado. 2. Ao contrário do defendido pela parte agravante, em relação à Recuperação Judicial o marco divisório entre os créditos concursais e extraconcursais será sempre o momento (fato gerador) em que a obrigação respectiva foi constituída, não se exigindo título judicial com trânsito em julgado e muito menos sua liquidez. 3. Daí que, na hipótese, a constituição da obrigação se deu com a sentença proferida na Ação Civil Pública Coletiva, feito nº 0019016-35.1997.8.12.0001, datada de 20/09/2001, que assegurou a todos os participantes do plano de expansão de telefonia que não

possuíam ações o direito a receberem suas quotas proporcionalmente ao valor pago. 4. Logo, como no caso em tela o pedido refere-se ao Cumprimento de Sentença da Ação Coletiva, o crédito cobrado está sujeito à recuperação judicial (concurso), vez que já existia quando do processamento da recuperação judicial em 20/06/2016.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 749-753).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 755-770), a recorrente alega violação dos arts. 49, 59, 67 e 84, V, da Lei 11.101/2005; 497 e 499 Código de Processo Civil de 2015; 461, § 1º, do Código de Processo Civil de 1.973; e 360, I, do Código Civil de 2002; bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que o cumprimento de sentença originário não comporta habilitação do crédito na recuperação judicial, pois se refere a crédito extraconcursal e o plano de recuperação judicial dispôs de maneira diferente para essa modalidade.

Assevera, ainda, que não se trata de crédito líquido e exigível, pois somente se formará após o processamento da liquidação de sentença, com a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos e depois do trânsito em julgado da ação.

Dessa forma, defende que o crédito constituído depois do pedido de recuperação judicial não pode ser habilitado no processo da recuperação.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 790-801).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 803-805).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que o recurso em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

No apelo excepcional em análise, a tese defendia pela recorrente refere-se à impossibilidade de inclusão, no plano de recuperação judicial, de débito não liquidado.

Afirma que, embora o crédito tenha sido constituído antes da deflagração do plano recuperacional, ainda não houve a apuração do *quantum* devido.

O Tribunal de origem, ao examinar o tema, expôs os seguintes argumentos (e-STJ, fls. 712-714):

Assim, passando-se a análise do recurso, insurge-se a parte agravante contra a decisão que declarou tratar o objeto da presente demanda de crédito concursal.

Alega que tal entendimento contraria até mesmo decisão e ofício emanado do Juízo da Recuperação Judicial. Defende que seu crédito é extraconcursal, pois somente após o trânsito em julgado restara constituído por decisão condenatória judicial e que no caso em tela, dada a impugnação ao cumprimento de sentença, resta incerto o valor líquido da obrigação da agravada. Cita precedentes.

Pois bem. De acordo com a decisão recorrida:

"...O presente processo cuida de crédito concursal, pois o fato gerador é anterior a 20-6-2016 (STJ, 3ª T., REsp 1.686.168, Rel. Min. Nancy Andrigui, j. 12.9.2017), devendo, por conseguinte, seguir seu curso natural até a liquidação do título judicial para, após, ser emitido certificado de crédito, com o qual o credor poderá se habilitar no Rio de Janeiro, para que então o pagamento seja realizado no juízo universal competente, na forma do plano de Recuperação" destaquei.

Vale observar que no processo de Recuperação Judicial, feito nº 0203711-65.2016.8.19.0001, em trâmite na comarca do Rio de Janeiro/RJ (f. 297.336/297.341), consta que:

"(...) Com a realização da Assembleia Geral de Credores em 19.12.2017, os processos em que as empresas do Grupo OI/TELEMAR são parte poderão seguir dois trâmites distintos, a depender se o objeto da demanda diz respeito a créditos concursais (fato gerador constituído antes de 20.06.2016 e, por isso, sujeito à Recuperação Judicial) ou a créditos extraconcursais (fato gerador constituído após 20.06.2016 e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial)." destaquei.

(...)

Note-se que, ao contrário do defendido pela parte agravante, em relação à Recuperação Judicial o marco divisório entre os créditos concursais e extraconcursais será sempre o momento (fato gerador) em que a obrigação respectiva foi constituída, não se exigindo título judicial com trânsito em julgado e muito menos sua liquidez.

Daí que, a meu juízo, na hipótese, a constituição da obrigação se deu com a sentença proferida na Ação Civil Pública Coletiva feito nº 0019016-35.1997.8.12.0001 (f. 251-255), datada de 20/09/2001, que assegurou a todos os participantes do plano de expansão de telefonia, que não possuíam ações, o direito a receberem suas quotas proporcionalmente ao valor pago.

Logo, como no caso em tela o pedido refere-se a Cumprimento de Sentença da Ação Coletiva, o crédito cobrado está sujeito à

recuperação judicial (concural), vez que já existia quando do processamento da recuperação judicial em 20/06/2016.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual entendeu que a definição de um crédito como concursal ou extraconcursal ocorre com a averiguação do momento do surgimento da obrigação, qual seja, se antes ou depois do deferimento do plano de recuperação judicial.

Com base nessa conclusão, a Corte estadual posicionou-se no sentido de que o crédito exigido pela parte recorrente foi constituído em 20/09/2001 e, dessa forma, deve ser submetido ao plano de recuperação judicial instaurado em 20/06/2016.

Assim sendo, constata-se que o posicionamento adotado pela Corte local encontra-se em sintonia com a jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, a qual se manifesta no sentido de que a data do fato gerador do crédito é que constitui o marco temporal para sua inclusão ou não no plano de recuperação judicial, sendo, portanto, irrelevante se o valor foi devidamente liquidado.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONDENAÇÃO ILÍQUIDA. SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FATO GERADOR ANTERIOR À DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. PRECEDENTES. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA.1. Controvérsia acerca da suspensão de execução provisória ('ex vi' do art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005) de crédito decorrente de sentença condenatória em demanda por complementação de ações, pendente de trânsito em julgado na fase de liquidação.2. Precedentes desta Corte Superior, proferidos em demandas relativas a crédito trabalhista e de responsabilidade civil, no sentido de que a data do fato gerador da obrigação seria o marco temporal para a sujeição ou não do crédito à recuperação judicial, ainda que a liquidação venha a ocorrer em data posterior.3. Caso concreto em que a pretensão de complementação de ações se enquadra na responsabilidade civil contratual, devendo-se, portanto, tomar como fato gerador o inadimplemento, ou seja, a subscrição de ações em número menor do que o devido, fato que ocorreu na década de 90, muito antes do pedido de recuperação

judicial.4. Sujeição do crédito ao plano de recuperação judicial no caso concreto, devendo-se suspender a execução provisória, como bem entendeu o juízo 'a quo'.5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.(AgInt no REsp 1793713/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 15/04/2019)

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUIE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.1.01/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível. 2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.1.01/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo.3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em

recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente.4. Recurso especial provido.(REsp 1634046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 18/05/2017)

Nesse ínterim, conforme já mencionado, como o crédito pleiteado pela recorrente foi constituído em 20/09/2001, ou seja, antes do deferimento do plano de recuperação judicial em 20/06/2016, possui natureza concursal, que impõe sua submissão ao procedimento recuperacional.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator